

# O tesoureiro não quer ser mordomo

**LAVA JATO** João Vaccari Neto recusa-se a repetir a *via-crúcis* de Delúbio Soares

POR FABIO SERAPIÃO

**N**AS HISTÓRIAS policiais, o mordomo é sempre o culpado. Os recentes escândalos de corrupção do PT produziram uma variação dessa máxima. No caso dos petistas, o tesoureiro ocupa o lugar do mordomo. Foi assim no chamado “mensalão”, quando Delúbio Soares assumiu a culpa em silêncio. Agora, a cúpula do partido e o Palácio do Planalto pressionam João Vaccari Neto, o novo Delúbio, a seguir o mesmo caminho. Vaccari resiste à ideia de pagar o pato sozinho, mas sua situação está cada dia mais insustentável.

Na segunda-feira 30, em novo depoimento, Alberto Youssef voltou a acusar o tesoureiro petista. O doleiro reafirmou ter intermediado dois pagamentos de 400 mil reais para a Toshiba, cujo destinatário seria Vaccari. “Parte desses pagamentos deveria ser destinada ao PT. Um primeiro recebimento por um emissor foi feito direto no meu escritório pela pessoa identificada como Marice, e que somente após a minha prisão vim saber se tratar de cunhada de João Vaccari.” O segundo, contou o doleiro, foi entregue por meio de um de seus *courriers*, o também delator Rafael Ângulo, para o representante da Toshiba “diretamente na sede do PT em São Paulo”.

O novo depoimento de Youssef é apenas mais uma das acusações contra o tesoureiro. Na segunda 23, quando o juiz Sérgio Moro aceitou a denúncia do Ministério Público e tornou Vaccari réu em ação penal por lavagem de dinheiro e corrupção, boa parte dos petistas e do Palácio do Planalto acreditou ser o momento para o afastamento do tesoureiro. Entretanto, mesmo com as seguidas investidas da força-tarefa da Lava Jato que classificam a participação do tesoureiro e seu enriquecimento ilícito como fatos con-

**Dirigentes do PT e do governo pressionam por seu afastamento do partido**

cretos, entre os petistas qualquer movimentação para afastá-lo é tratada com cautela. Um dos poucos a pedirem publicamente sua saída foi o ex-governador do Rio Grande do Sul, Tarso Genro. “Se ele for denunciado, e se a denúncia for aceita, como é a informação que nós temos, o partido deve pedir para que ele se afaste e, se ele não se afastar, afastá-lo preventivamente”, afirmou na segunda-feira 30.

Responsável pelas finanças do partido a partir de 2010, incluído o caixa da campanha presidencial de Dilma Rousseff naquele ano, Vaccari é acusado de ter intermediado o repasse de 4,2 milhões de reais de propina, entre 2008 e 2012, para a sigla em forma de doação oficial. Para os investigadores, as transações configuram o crime de lavagem de parte do dinheiro desviado de contratos da Diretoria de Serviços da Petrobras, comandada por Renato Duque, outro nome entre os 27 novos réus da Lava Jato.

**No despacho** em que aceita a denúncia, Moro afirma que “há prova documental do repasse de parte da propina” em forma de doações eleitorais oficiais ao PT. No entendimento do juiz, a mera formalização da transferência não consegue “purgar” a origem criminoso dos valores. Como prova de que os recursos têm origem no esquema criminoso a atuar na estatal, o juiz aponta a própria declaração do delator Augusto Mendonça, proprietário de duas empresas responsáveis por doações ao partido.

Além de Mendonça, ao menos outros quatro delatores apontaram Vaccari como intermediador da propina destinada ao PT nos contratos da Petrobras. O ex-diretor de Abastecimento Paulo Roberto Costa foi o primeiro a citar o tesoureiro. Segundo Costa, Vaccari era responsável por receber e distribuir a cota de propina do partido. Responsável pelo gerenciamento da propina angariada



Vaccari nega as acusações e parece pouco disposto a virar bode expiatório

em mais de 90 contratos da Diretoria de Serviços, o ex-gerente e delator Pedro Barusco entregou à Justiça seus registros da contabilidade de 4,5 milhões de reais supostamente destinados a Vaccari. Ainda em sua delação, Barusco estimou ter repassado entre 150 milhões e 200 milhões de dólares ao tesoureiro do PT. Segundo ele, em suas anotações Vaccari era identificado pela sigla *moch*, por este carregar uma mochila.

**Por fim, o executivo** Eduardo Leite, da Camargo Corrêa, confirmou a tese sobre propina em forma de doações oficiais ao PT. Segundo Leite, “por volta de 2010, ele solicitou que a propina fosse paga na forma de doações eleitorais, em montante superior a 10 milhões de reais”.

Avesso à mídia, Vaccari recusou-se a dar entrevista a *CartaCapital*. Em nota enviada pela assessoria de imprensa do diretório nacional do PT, o tesoureiro reafirmou sua inocência. Declara que “não participou de nenhum esquema para recebimento de propina ou de recursos de origem ilegal”. Segundo sua explicação, no período citado pelos procuradores na ação aceita pela Justiça, não figurava como tesoureiro do partido, “uma vez que assumiu a posição apenas em fevereiro de 2010”.

Sobre as afirmações dos delatores, que o apontam como receptor da propina, o tesoureiro afirma repudiá-las, “pois as mesmas não correspondem à verdade”. Em relação às doações oficiais ao PT, consideradas parte da propina da Diretoria de Serviços, diz que elas foram “realizadas por empresas legalmente estabelecidas e efetuadas por meio de depósitos bancários, com toda a transparência e com a devida prestação de contas às autoridades competentes, observando sempre os parâmetros da legislação eleitoral. Resta saber se Vaccari está disposto a repetir a saga de Delúbio Soares. •